

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**

(Processo Administrativo nº 283/2025)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Credenciamento de pessoas físicas interessadas no fornecimento de cascalho, destinado à recuperação de estradas vicinais no interior do município, pelo valor estabelecido pela Administração Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>Locais e estimativas de quantidades de retirada em cada cascalheira dentro das delimitações do município de Dois Vizinhos</b>						
Item	Código do produto/Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29833607 14327	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA CANOAS Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Canoas, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	5.000	CAR	34,93	174.650,00
2	29833609	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA EMPOSSADO Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Empossado, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	3.000	CAR	34,93	104.790,00
3	29833610	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA FAZENDA MAZURANA Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho	10.000	CAR	34,93	349.300,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

		- localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Fazenda Mazurana, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)				
4	29833611	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA MARÍLIA Casalho Material para revestimento primário (casalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Marilia, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	10.000	CAR	34,93	349.300,00
5	29833612	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA COLÔNIA NOVA Casalho Material para revestimento primário (casalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Colônia Nova, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	3.000	CAR	34,93	104.790,00
6	29833613	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SGUISSARDI Casalho Material para revestimento primário (casalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Sguissardi, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	2.000	CAR	34,93	69.860,00
7	29833614	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA JACUTINGA Casalho Material para revestimento primário (casalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado	5.000	CAR	34,93	174.650,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

		na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Jacutinga, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)				
8	29833615	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SÃO JOSÉ DO CANOAS Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha São José do Canoas, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km).	5.000	CAR	34,93	174.650,00
9	29833616	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SÃO FRANCISCO DO BANDEIRA Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de São Francisco do Bandeira, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	5.000	CAR	34,93	174.650,00
10	29833617	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SÃO BRAZ/SÃO CRISTÓVAO Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha São Braz/São Cristóvão, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	5.000	CAR	34,93	174.650,00
11	29833618	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA NOSSA SENHORA DO AMPARO Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria,	3.000	CAR	34,93	104.790,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

		retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Nossa Senhora do Amparo, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)				
12	29833619	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SÃO PEDRO DO SUL/LINHA LAMBARI Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha São Pedro do Sul/Linha Lambari, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	3.000	CAR	34,93	104.790,00
13	29833620	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA TARTARI/SÃO PEDRO DOS POLONESES Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Tartari/São Pedro dos Poloneses, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	5.000	CAR	34,93	174.650,00
14	29833621	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA SÃO MIGUEL DO CANOAS Cascalho Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha São Miguel do Canoas, Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)	3.000	CAR	34,93	104.790,00
15	29833622	CASCALHO CARGA 14m³ LINHA BARRA DO LAJEADO GRANDE Cascalho	3.000	CAR	34,93	104.790,00

		Material para revestimento primário (cascalho, saibro, rocha composta, seixo rolado ou não, pedregulho, material sílico-argiloso), CBR do material é igual ou superior a 70 de 2ª categoria, retirados pela prefeitura, com caminhões próprios ou terceirizados em jazidas do tipo cascalheiras, todo processo de movimentação e carregamento por conta da empresa contratada. material retirado na cascalheira. CASCALHO Extração de Cascalho - localizado nas proximidades da Comunidade de Linha Barra do Lageado Grande Município de Dois Vizinhos. (distância de até 5 km)				
<b>TOTAL</b>						<b>2.445.100,00</b>

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/12/2024;
- III) Id do item no PCA: 71;
- IV) Classe/Grupo: materiais de origem mineral para construção a granel;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-174/2025.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Revegetação e Contenção de Erosão: Implementar medidas de revegetação e contenção de erosão nas áreas de extração de cascalho para reduzir os impactos sobre o solo e prevenir a erosão.

4.1.2. Monitoramento da Fauna e Flora: Realizar um monitoramento contínuo da fauna e flora local para identificar e mitigar os impactos sobre a biodiversidade, implementando medidas de proteção quando necessário.

4.1.3. Uso Eficiente de Recursos: Promover o uso eficiente de recursos naturais durante o processo de extração de cascalho, buscando minimizar o desperdício e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

4.1.4. Adoção de Tecnologias Sustentáveis: Utilizar equipamentos e técnicas de extração de cascalho que minimizem o consumo de energia e recursos, como o uso de maquinário mais eficiente e a adoção de práticas de mineração responsáveis.

#### Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Para a contratação pretendida não há indicação de marcas;

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2.1. Não há vedações;

#### Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida amostra;

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade para o objeto do contrato;

#### Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens ocorrerá de forma fracionada de acordo com a necessidade da administração municipal que fará a retirada do produto diretamente da lavra de exploração de cascalho.

5.2. O produto será retirado e entregue nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	A unidade de medida será carga de 14m³	A retirada se dará parceladamente de acordo com a necessidade do município

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o credenciado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser fornecidos no local de exploração dos produtos.

5.5. A credenciada deverá permitir o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

5.6. A credenciada deverá permitir a extração do cascalho ou rachão durante o prazo de vigência do Credenciamento.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), quando for o caso.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Antecipação de pagamento

7.24. Não haverá antecipação de pagamentos em nenhuma hipótese.

### Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação - credenciamento, com fundamento na hipótese do art. 74, IV., da Lei nº 14.133/2021, concomitantemente com o art. 79, inciso I da mesma lei.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome do(s) proprietário(s) interessado(s), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.16. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF;

8.19. Registro Geral – RG ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH do(s) proprietário(s) do(s) terreno(s);

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. A pessoa física fica dispensada de apresentar qualificação econômico-financeira.

#### **Documentação Complementar**

8.25. Declaração Unificada (Pessoa Física);

8.26. Matrícula Atualizada do terreno;

8.27. Laudo/Termo emitido por profissional com atribuição na área da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, indicando que o local contém o material (cascalho) e que não está localizado em área de preservação.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela.

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Dois Vizinhos.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão 09 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.
- II) Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS;
- III) Projeto ou Atividade: 15.452.0016.2053 ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS;
- IV) Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;
- V) Fonte de Recurso: 04810 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres);

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 10 de março de 2025.

---

Deonir Caldato  
Secretario de Viação, Obras e Serviços Urbanos